

# ALTERAÇÕES DA PAISAGEM URBANA ORIUNDAS DA DINÂMICA SOCIAL: ESTUDO DE CASO DO LARGO DE COIMBRA, OURO PRETO, MINAS GERAIS

*CHANGES IN THE URBAN LANDSCAPE ARISING FROM SOCIAL DYNAMICS:  
CASE STUDY OF LARGO DE COIMBRA, OURO PRETO, MINAS GERAIS*

*CAMBIOS EN EL PAISAJE URBANO DERIVADOS DE LA DINÁMICA SOCIAL:  
ESTUDIO DE CASO DE LARGO DE COIMBRA, OURO PRETO, MINAS GERAIS*

**MACHADO, SIMONE FERNANDES**

*Turismóloga. Mestre em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental pela Universidade Federal de Ouro Preto. e-mail [sissamachadofernan@hotmail.com](mailto:sissamachadofernan@hotmail.com)*

**BRAGA, SOLANO DE SOUZA**

*Turismólogo, geógrafo. Mestre em Geografia e Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Professor no bacharelado em Turismo e no Mestrado em turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto. e-mail [solano@ufop.edu.br](mailto:solano@ufop.edu.br)*

## RESUMO

Pretende-se, a partir do uso de imagens e fotografias históricas, discutir a apropriação do espaço público e seus diferentes usos ao longo do tempo, por meio da dinâmica humana do ambiente urbano e sua influência direta na paisagem urbana. Como área de estudo, foi selecionado o Largo de Coimbra, em Ouro Preto, Minas Gerais. Interessa-nos conhecer as atividades exercidas desde 1853, com o objetivo de gerar informações que possam contribuir para a definição de políticas públicas para a ocupação desse espaço. Os aspectos metodológicos da pesquisa compreenderam: pesquisa bibliográfica, levantamento documental sobre o histórico do espaço estudado. A análise adotou uma abordagem qualitativa, envolvendo documentos históricos, registros fotográficos, com o intuito de identificar diferentes tipos de usuários e atividades desenvolvidas. O estudo apontou que a ocupação do largo passou por diversas transformações e que, atualmente, é predominantemente voltada para atender a demanda turística por meio do comércio informal de souvenirs.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dinâmica espacial; Turismo; Paisagem; Segregação territorial.

## ABSTRACT

Using historical images and photographs, the aim is to discuss the appropriation of public space and its different uses over time, through the human dynamics of the urban environment and its direct influence on the urban landscape. As a study area, Largo de Coimbra, in Ouro Preto, Minas Gerais, was selected. We are interested in knowing the activities carried out since 1853, with the aim of generating information that can contribute to the definition of public policies for the occupation of this space. The methodological aspects of the research included: bibliographical research, documentary survey on the history of the trained space. The analysis developed a qualitative approach, involving historical documents and photographic records, with the aim of identifying different types of users and activities involved. The study revealed that the occupation of the square has undergone several transformations and that, currently, it is predominantly aimed at meeting tourist demand through the informal trade of souvenirs.

**KEYWORDS:** Spatial dynamics; Tourism; Landscape; Territorial segregation.

## RESUMEN

Utilizando imágenes y fotografías históricas, se pretende discutir la apropiación del espacio público y sus diferentes usos a lo largo del tiempo, a través de la dinámica humana del entorno urbano y su influencia directa en el paisaje urbano. Como área de estudio se seleccionó Largo de Coimbra, en Ouro Preto, Minas Gerais. Nos interesa conocer las actividades realizadas desde 1853, con el objetivo de generar información que pueda contribuir a la definición de políticas públicas para la ocupación de este espacio. Los aspectos metodológicos de la investigación incluyeron: investigación bibliográfica, levantamiento documental sobre la historia del espacio estudiado. El análisis adoptó un enfoque cualitativo, involucrando documentos históricos y registros fotográficos, con el objetivo de identificar diferentes tipos de usuarios y actividades realizadas. El estudio señaló que la ocupación de la plaza ha sufrido varias transformaciones y que, actualmente, está orientada predominantemente a satisfacer la demanda turística a través del comercio informal de souvenirs.

**PALABRAS CLAVE:** Dinámica espacial; Turismo; Paisaje; Segregación territorial.

## INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste estudo é analisar as transformações ocorridas no Largo de Coimbra, em Ouro Preto, ao longo do tempo, sob a óptica da transformação da paisagem pelos processos sociais e pelas formas de uso do espaço. O foco é entender como essas alterações afetam a paisagem e suas narrativas espaciais, no que tange à leitura e ao repositório de valores sociais, culturais e econômicos. As principais mudanças que influenciaram essas transformações são abordadas, levando em consideração a consolidação do largo como um importante destino turístico.

A construção metodológica para a análise aqui proposta, de base semiótica, parte de Barthes (1987b) quando ele afirma que imagens podem ser lidas como textos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental que abordou a história do Largo de Coimbra, com a finalidade de reunir imagens, fotografias, e informações para descrever as alterações na paisagem e inferir sobre a influência mútua entre meio físico e social nessas transformações, enquanto espaço de coabitação, ao longo do tempo.

O resgate histórico foi baseado nos antecedentes do largo, que se encontram vinculados ao processo de evolução da cidade, apresentando as transformações na estruturação, implantação e uso desse espaço. Dessa forma, foi realizado levantamento da memória do largo por meio de documentos, artigos de jornais, fotografias e análise dos projetos arquitetônicos de revitalização. Logo, imagem, paisagem, usos e apropriações do espaço, como o caso do turismo, serão percorridos na sua representação e intertextualidade. O recorte temporal da análise foi definido com base na disponibilidade das informações obtidas, partindo, portanto, do ano de 1853, até 2024.

## REVISÃO TEÓRICA

Para Lefèbvre (2001), as cidades funcionam como centros de vida social e política, nos quais se acumulam riquezas, conhecimento, tecnologias, obras de arte e monumentos. Os espaços livres são definidos como áreas sem edificações, que incluem vias de circulação, como ruas, vielas, avenidas, corredores externos e rotatórias, além de pátios e quintais. Esses espaços também abrangem áreas voltadas para recreação e lazer, como praças e parques, que contribuem para a melhoria da qualidade ambiental e social da cidade. Segundo Cunha (2002), esses espaços favorecem a funcionalidade urbana e promovem a melhoria das condições sanitárias, além de oferecerem locais de convívio e lazer com atributos estéticos.

Já Guimarães e Cunha (2004) destacam que os espaços livres públicos têm grande importância para a população, uma vez que sua evolução no contexto urbano reflete a cultura e os costumes dos habitantes. Oliveira e Mascaró (2007) sugerem que esses espaços contribuem para a habitabilidade urbana ao possibilitar a realização de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações da vida comunitária e urbana. Kohlsdorf (1996) acrescenta que os espaços livres públicos funcionam como territórios nos quais se desenvolvem práticas sociais específicas, variando de acordo com o contexto histórico e geográfico.

Os espaços públicos são compreendidos pelos cientistas sociais como locais de convivência que expressam estilos de vida, relações de poder e formas de apropriação por diferentes grupos sociais, segundo Giddens (1997), Lofland (1985) e Hansen (2002). Esses espaços são, portanto, segmentados e identitários, representando a vida e a história

das cidades. No entanto, projetos de revitalização urbana que valorizam aspectos históricos podem entrar em conflito com a rotina da população local. Isso ocorre, por exemplo, quando a valorização excessiva de pontos turísticos atrai o comércio informal, ocupando o espaço público de forma indevida e comprometendo a mobilidade dos pedestres e o uso tradicional dos espaços.

No contexto dos espaços públicos, os "largos" se destacam. Oliveira e Mascaró (2007) definem largo como um espaço acidental, um alargamento urbano que, ao longo do tempo, é apropriado e utilizado. Eles explicam que um largo pode ser identificado também como um canteiro central com equipamentos de lazer, mas que, ao contrário das praças, prioriza o fluxo de trânsito.

Ouro Preto é rica em largos, especialmente próximos aos adros das igrejas históricas. Entre as atividades sociais realizadas nesses espaços, destaca-se o turismo, que, conforme Cruz (2003), é uma prática social caracterizada pelo deslocamento de pessoas pelo território e tem como principal objeto de consumo o espaço. Korossy (2012) descreve a turistificação como o processo pelo qual os territórios passam a ser configurados para atender às necessidades dos visitantes.

Jansen-Verbeke (1998) analisa a turistificação em cidades patrimoniais, demonstrando como as atividades turísticas transformam tanto a forma quanto a função dos espaços urbanos. Essa transformação altera gradualmente as funções e atividades da cidade, redefinindo suas estruturas. Sequera e Nofre (2018) observam que, à medida que a turistificação converte os espaços urbanos em locais voltados para atrair visitantes, o turismo adquire status de prática cultural. Sanchez (2010) acrescenta que o turismo reflete a mercantilização das cidades, as quais cada vez mais se tornam produtos consumíveis por meio de suas paisagens, marcos culturais e histórias, movimentando a economia.

A paisagem é fixa no espaço (Santos, 2009) contudo, há que se ressaltar que mesmo as paisagens não mudando de lugar, frequentemente mudam-se seus significados e para Cruz (2002), é portadora de diversos signos culturais, presentes no imaginário humano e possuidora também de três características intrínsecas e fundamentais a uma análise espacial: a concretude, que são arranjos naturais e antrópicos; fixidez espacial, são fixas no espaço; dimensão histórica, não mudam ao longo do tempo em função de processos naturais, mas fundamentalmente em função de processos sociais.

A paisagem urbana é vista como uma expressão do povo, da natureza e da história. Para preservá-la, é necessário restaurar e inovar os espaços que a constituem. Dal Molin e Oliveira (2008) argumentam que a paisagem está intimamente relacionada com a identidade das pessoas que habitam o lugar, participando ativamente da construção desse espaço. Segundo Sauer (1998), a paisagem pode ser compreendida como um conjunto de formas naturais e culturais integradas, analisadas morfologicamente e vistas como um organismo quase orgânico.

A presença humana é indissociável da formação da paisagem, uma vez que as ações realizadas em um determinado local são fundamentais para a constituição do espaço. No senso comum, a paisagem é muitas vezes associada à natureza e às relações sociais estabelecidas com ela. No entanto, a percepção do espaço é socialmente construída e pode se modificar ao longo do tempo, dependendo das relações estabelecidas com o território ou com novos espaços criados por intervenções concretas ou simbólicas. Gastal (2013) explica que o espaço é fruto de uma construção social de imagens e imaginários, o que significa que ele pode ser lido de diferentes maneiras e demanda um olhar ativo do espectador.

Castrogiovanni (2001) argumenta que o conceito de paisagem envolve tanto aspectos visíveis quanto invisíveis de uma área, incluindo elementos físicos e naturais e todas as intervenções humanas. A paisagem, segundo ele, é o resultado de um acúmulo de ações ao longo do tempo, refletindo o processo organizacional de diferentes grupos sociais. Coriolano (2007) observa que o senso comum tende a valorizar a paisagem apenas por sua aparência estética, desconsiderando seus aspectos emocionais e morfológicos. Para Ruschmann e Tomelin (2013), a paisagem é um registro da memória cultural de um povo, enquanto Corrêa (2012) destaca que a mesma paisagem pode ser interpretada de maneiras distintas por diferentes observadores, reforçando a sensação de pertencimento dos indivíduos em relação ao lugar.

Araújo (2019) defende que a imagem é uma ferramenta essencial para análises científicas, pois permite descrever e discutir contextos sociais e subjetivos. Fotografias, por exemplo, evidenciam a polivalência de uma paisagem e a forma como diferentes grupos sociais se apropriam do espaço. Villaça (2001) define a segregação socioespacial como o processo em que diferentes classes sociais tendem a se concentrar em áreas específicas da cidade, mas ressalta que a segregação também pode ser observada em microterritórios urbanos, como espaços públicos. Nesse contexto, a territorialidade expressa controle político e abrange valores culturais, sociais e identitários.

Em justificativa a essa pesquisa temos que, conforme Gabardo (2004), é importante compreender a evolução histórica de um lugar por meio da análise das transformações paisagísticas ocorridas ao longo do tempo para a compor a memória e a identidade urbana. Tais informações, tornam-se essenciais para o planejamento urbano adequado às necessidades de sua população.

## METODOLOGIA

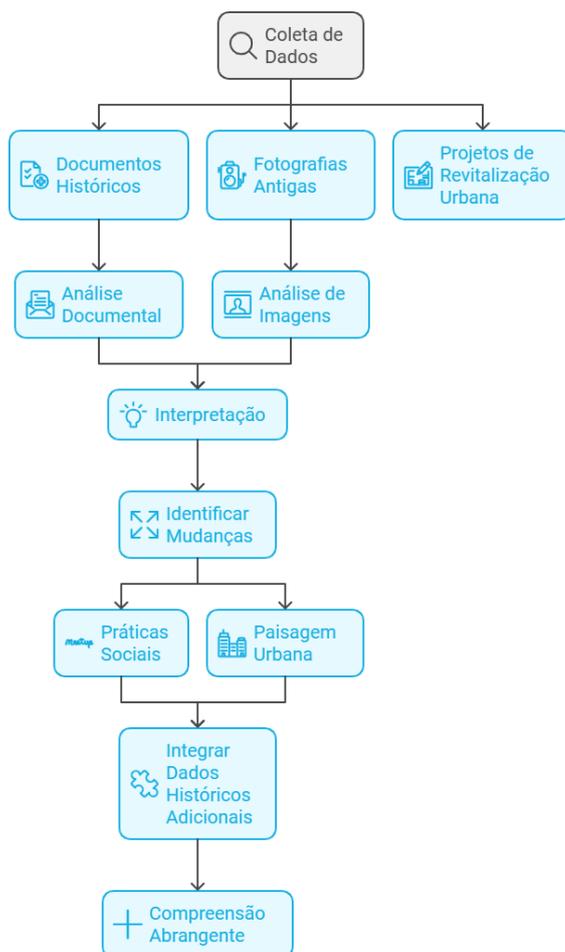
Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e no uso de registros fotográficos históricos. A análise documental, como apontam Souza e Giacomoni (2018), permite acessar informações que não se limitam a refletir uma realidade, mas que oferecem representações de momentos específicos do contexto investigado. Dessa forma, a metodologia busca construir uma narrativa sobre as transformações do Largo de Coimbra por meio da interpretação de documentos e imagens, o que auxilia na compreensão dos processos sociais e culturais que moldaram esse espaço ao longo do tempo.

A coleta de dados incluiu fontes como fotografias antigas, documentos históricos e projetos de revitalização urbana, de modo a traçar um panorama das mudanças físicas e sociais no local (Figura 1). Conforme Flick (2009), a pesquisa qualitativa é apropriada quando se busca interpretar fenômenos sociais e históricos a partir das interações humanas e suas representações visuais, como no caso das fotografias. Esses registros são tratados não apenas como ilustrações, mas como elementos que carregam significados culturais e sociais relevantes para a análise (Mauad, 2004).

A análise das imagens e documentos seguiu uma metodologia interpretativa, buscando identificar os usos do espaço ao longo dos anos e as dinâmicas de apropriação por diferentes grupos sociais. Como sugere Foucault (2005), o processo envolveu a organização e categorização das informações, com foco na relevância de cada elemento para a narrativa construída. Esse procedimento permitiu identificar mudanças nas práticas sociais e na paisagem urbana, além de conflitos sociais e culturais subjacentes ao uso do largo.

Reconhecendo que a pesquisa documental possui limitações, especialmente pela possível falta de registros ou pela fragmentação das informações disponíveis, a metodologia também buscou integrar dados complementares por meio de outras fontes históricas. Como defendem Souza e Giacomoni (2018), essa estratégia enriquece a análise e proporciona uma compreensão mais ampla das transformações socioespaciais. Dessa forma a metodologia proposta possibilitou uma proposta de interpretação para as mudanças ocorridas no Largo de Coimbra e explora a relação entre este espaço público, sua função social e as pressões exercidas pela turistificação e pela apropriação comercial.

Figura 1: Resumo esquemático da metodologia da pesquisa.



Fonte: Autores, 2024.

## CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Marx (1980) refere-se à praça como logradouro público por excelência, que deve sua existência, sobretudo, aos adros de nossas igrejas, tendo surgido entre nós para reunião de gente e atividades diversas, diante de capelas ou igrejas. Abidin *et al.* (2010) definiram que as características que atraem os usuários para as praças são: localização, instalação e serviços, características do espaço, atividades opcionais, paisagem, conexão entre as pessoas e seu entorno, relação entre o contexto social e cultural do espaço público e acessibilidade. Considerando as condições de limitação morfológica de Ouro Preto, foram atribuídas funções similares às praças aos largos. Largo é um “espaço acidental, vazio ou alargamento da estrutura urbana e que, com o tempo foi apropriado e usado”. Há também a definição de largo como canteiro central, o qual possui equipamentos de lazer, mas não pode ser considerado “praça porque ele tem primazia perante os objetos de trânsito” (Oliveira; Mascaró, 2007, p.56).

Nesse sentido, temos o Largo de Coimbra (Figura 2), espaço que passou por inúmeras transformações ao longo do tempo. Constituído por um amplo espaço de 1.931 m<sup>2</sup>, a partir de um alargamento de ruas existentes entre as ruas Cláudio Manoel, Rua Costa Sena e Rua Amália Bernhaus, abaixo da Praça Tiradentes, em frente à Igreja de São Francisco de Assis – construída entre os anos de 1790 e 1794 e um dos primeiros bens tombados individualmente, em 1938.

Atualmente, o largo abriga o atrativo turístico denominado “Feira de Artesanato em Pedra Sabão”, que conta com um total de 66 barraquinhas, com três tipologias básicas que apresentam pequenas variações de dimensão e materiais, França (2020). A seguir, segue a análise das alterações ocorridas na paisagem e na forma de uso público no Largo de Coimbra ao longo do tempo.

Figura 2: Inventário do acervo urbanístico e arquitetônico do Largo de Coimbra, Ouro Preto. Imagem divulgação [Prefeitura Municipal de Ouro Preto].



Fonte: França, 2020.

## RESULTADOS

Conforme França (2020), no século 18, o largo de Coimbra era um local para demonstração de poder da época, com a presença de um Pelourinho (Figura 3), onde castigavam-se escravos e infratores, e local de realização das eleições para o governo e onde publicava-se editais, Cabral (1969). Um lugar importante de convivência da vida política e social da cidade nesse período.

Figura 3: Largo de Coimbra 1853.



Fonte: Burmeister, 1853.

Salienta-se que “o que ‘define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o poder e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil” (Souza, 2009, p. 59). Nesse contexto, conforme registros históricos, embora o espaço fosse público e de convívio, as pessoas estavam juntas, porém, separadas por barreiras simbólicas bem demarcadas.

Logo, o espaço “democrático”, não se mostrava tão democrático assim, uma vez que, embora fisicamente acessível para todos, politicamente, a paisagem do largo era marcada por uma justaposição de territórios simbólicos, todos juntos, porém seguindo regras diferentes impostas pela sociedade para o convívio social. Por exemplo, apesar de dividir o mesmo espaço físico, para o negro, o largo era um local de punição, de dor revolta e vergonha, para a elite, um local político, de lazer, ou mesmo de disseminação de informação. Essa diversidade de usos coabitava no mesmo espaço, marcando a paisagem pela presença de conflitos e segregação de modos de vida que evidenciavam as diferenças e desigualdades entre as classes sociais.

Segundo Magalhães (1945), no ano de 1826, ainda com a presença do Pelourinho, determinou-se a construção de um tipo de mercado para os tropeiros, onde poderiam se abrigar e deixar o que conduzissem (Figura 4). Em um antigo jornal local da cidade, essa construção aparece descrita como um barracão, com quartos, três grandes portas e um alpendre. Em frente à casa havia um pátio calçado com estacas para amarrar os animais, além de um grande tanque, com água corrente, França (2020).

Figura 4: Mercado de tropeiros, no Largo de Coimbra.



Fonte: Marc Ferrez, 1888.

Façamos uma breve análise da paisagem da fotografia. Nela é possível observar o Pico do Itacolomi, umas poucas ocupações nos terrenos acidentados com vegetação baixa, comum dos Campos Rupestres de Altitude, situados atrás da Igreja São Francisco de Assis, assim descrita por Vasconcelos (1934, p.30) “A Igreja de São Francisco de Assis, com o adro na base, o templo sobre pequena elevação e, em perspectiva, a imponente fachada e algumas paredes laterais, deixando espaço para a elevação das montanhas sob o céu de Minas Gerais” (Vasconcelos, 1934, p.30).

Os elementos de urbanização podem ser resumidos a poucas construções em taipa e telhado de cerâmica, calçamento rudimentar das vias e poucos postes para iluminação. No largo, foi erguida uma construção para receber tropeiros, cavalos, muare e suas pesadas cargas a “malotagem” composta pelos apetrechos e arreios necessários de cada animal no acondicionamento da carga e pela bruaca (bolsões de couro que eram colocados sobre a cangalha e serviam para guardar comida e mercadoria). O Largo de Coimbra passou a abrigar tropeiros, comerciantes de diversas localidades e toda uma gama de profissionais necessários para dar suporte a essa atividade comercial, como cozinheiros e ferradores.

Sobre a etnia dos tropeiros, destacam-se os negros e crioulos, especialmente na região de Ouro Preto, Gardner (1975) observa que a maioria da população de tropeiros era formada por pessoas escravizadas no trabalho das minas. No vestuário, Antonil (1711) descreve as vestes dos tropeiros mineiros da seguinte forma:

Casaca de baeta[1] ordinária, casaca de pano fino, veste de seda (masculina), calções de pano fino, camisa e ceroulas de linho, meias de seda, sapatos de cordovão, chapéu fino de castor, chapéu ordinário, carapuça de seda, carapuça de pano forrada de seda.

Há poucos registros sobre as interações sociais dos tropeiros em Ouro Preto, mas, sabe-se de sua religiosidade, tanto para o comércio, prática e disseminação de diversas atividades comerciais, gastronomia, informação e miscigenação cultural, dos quais o Largo de Coimbra foi palco. Destaca-se a ausência de registro sobre a presença e participação de mulheres no referido Mercado de Tropeiros.

Porém, de acordo com França (2020), ainda no final do século 19, discorre Sylvio de Vasconcellos; Magalhães (1945) que, com a estagnação econômica e, após a perda do título de capital de Minas Gerais, ao buscar-se uma “modernização” e acompanhando o movimento da industrialização que chegava à cidade, o Mercado de tropeiros foi substituído por uma construção de arquitetura neoclássica (Figura 5). O espaço destinado para comércio era voltado para a venda de gêneros alimentícios diversificados, podendo-se citar a presença do açougue na lateral voltada para a rua Cláudio Manoel, CMOP (1959).

Figura 5: Mercado Municipal, construído em alvenaria, estilo neoclássico.



Fonte: Eric Hess, 1938 (IPHAN)

Ao analisarmos a Figura 6, temos agora, incluído na paisagem do largo, um mercado com arquitetura compacta, neoclássica, com formas geométricas, linhas volumétricas horizontais dominantes em relação às linhas verticais, frontões, colunas e pórticos. As ordens arquitetônicas são elementos fundamentais da arquitetura clássica. O uso de coluna-viga, construída em proporções padronizadas e complementada por um conjunto de ornamentos, que aparecem como elementos decorativos ou estruturais. Quanto aos materiais, valorizava-se o tijolo, pedras. A arquitetura clássica caracterizava-se pela imponência e a simetria. A ideia de grandiosidade e força é visível no exterior do novo mercado.

Figura 6: Mercado Municipal, Largo de Coimbra 1940.



Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/Liliane-de-Castro-Vieira.pdf>.

De certa forma, com a nova construção do Mercado Municipal, entende-se que o uso para práticas comerciais, logo,

[...] o que se observa é, portanto, resultado de toda uma trajetória, de movimentos da população em busca de sua sobrevivência e da satisfação de suas necessidades (que são historicamente situados), mas também pode ser resultante de movimentos da natureza. Esta paisagem precisa ser apreendida para além do que é visível e observável. Esta apreensão é a busca das explicações do que está por detrás da paisagem, a busca dos significados do que aparece (Callai, 2000, p.97).

Segundo França (2020), no início do século 20, ao redescobrir a cidade, os modernistas consideraram a arquitetura colonial ouropretana como a “verdadeira identidade arquitetônica das cidades brasileiras” Simão (2006). Sendo que o estilo eclético não foi reconhecido como autêntico e por isso muitas dessas edificações construídas durante o século 19 foram reconfiguradas ao estilo colonial ou demolidas. Sobre a alteração da paisagem do largo, em ofício de 18/12/1944, Eduardo Tecles informou para Rodrigo M. F. de Andrade detalhes da paisagem que relatam o status das obras em andamento:

“Junto a este vai uma fotografia da praça onde existiu o mercado e onde estamos fazendo vários trabalhos para o seu aproveitamento. Ali já foi arrancado todo o embasamento das paredes que eram de alvenaria de pedra. Foi feita a revisão de todo o passeio, que em consequência da demolição, ficou com as lajes desarticuladas. Construímos trecho de passeio onde existiu rampa, em toda a largura correspondente a fachada do açougue. No mesmo trecho foi feito um muro de arrimo para o nivelamento (...). Aterramos toda a área correspondente à antiga rampa. Demolimos o muro do fundo, até a altura da mureta, sendo que um pedaço (...) foi demolido até a base, (...) e refeita a mureta. Removemos toda a pavimentação do ex-mercado, que era em parte cimentada sobre calçamento comum, lajes irregulares, e paralelepípedos, e em vários níveis. Nível geral do terreno, com remoção de terra” (IPHAN, 1944, s/n)

Nesse cenário, o mercado foi demolido, entre 1941 e 1946, Barel Filho (2013). Segundo Anderson (1999), o termo “plebeização” reflete o consumo cultural na passagem do modernismo para o pós-modernismo: há uma ampliação desse consumo, agora acessível a uma parcela mais ampla da sociedade. Contudo, ela vem

acompanhada pelo empobrecimento de conteúdo, dentro de um processo de perda de originalidade, profundidade e criatividade. Para Abidin *et al.* (2010), o desenvolvimento positivo das praças é necessário à participação ativa da comunidade, onde suas necessidades façam parte do programa de revitalização, e que o órgão gestor coordene atrações como eventos e atividades que circundam a área, ou seja, a principal meta das praças é a satisfação e a identificação com esses espaços públicos.

Apesar do processo de revitalização do largo não ter sua origem embasada nas necessidades da população, pois, um dos possíveis objetivos apontados para a demolição era “limpar” a paisagem, valorizando assim a arquitetura da Igreja São Francisco de Assis, e não atender as necessidades comerciais e de interação social, vocação de uso público que o largo vinha apresentando até então, o efeito transversal, caracterizado pela apropriação das massas, acabou por retomar o espaço, pois, mesmo após a demolição do mercado, a população se reapropriou do largo, agora, por meio da realização de eventos religiosos (Figura 7) feiras de artesanato (Figura 8) e hortifruti (Figura 9) abertas para o público e eventos sociais diversos.

Cabe frisar que, de acordo com Robba; Macedo (2003), as praças construídas no Brasil Colônia possuíam um aspecto religioso preponderante, apesar de servirem para o exercício das funções comerciais. No Largo de Coimbra, essa apropriação do espaço não manifestou divergência do relatado nas praças, sendo que festejos religiosos foram observados durante todas as transformações ocorridas ao longo do tempo no espaço (Figura 7).

Figura 7: Evento religioso na década de 1960.

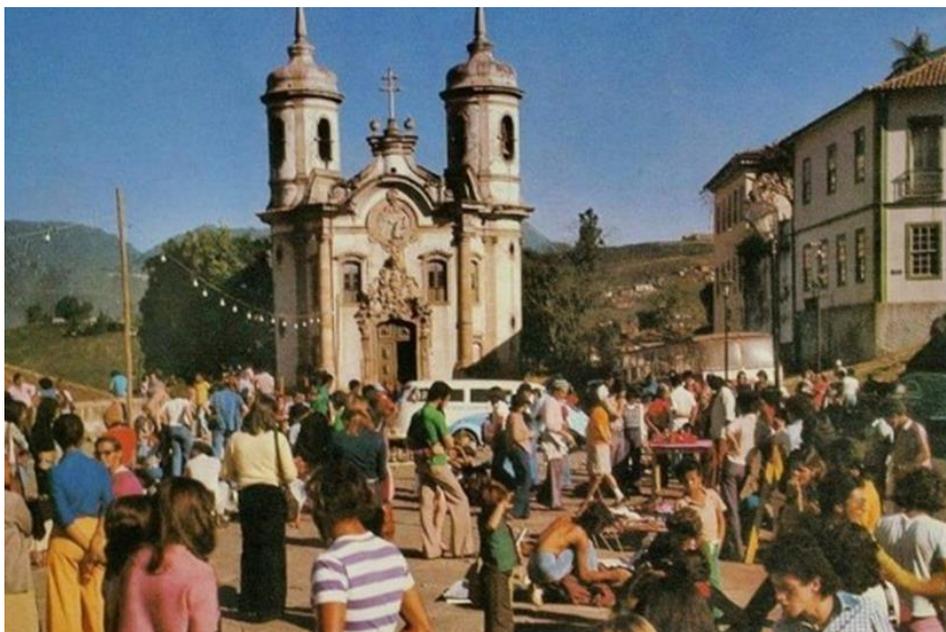


Fonte: Autoria desconhecida.

As procissões, conforme Figura 7, são resquícios da tradição Católica do período Colonial que ainda permanecem vivas na cultura de parte da população ouropretana. A realização de tais eventos conta com artistas, imagens sacras, roupas, músicas, joias, cabelos, pinturas e ornamentação das vias públicas, andores, faixas, decoração das sacadas, entre outras com intuito de manter ativa a fé cristã. O público predominante são cristãos católicos, de diversas idades, etnias, sexo e faixas de renda.

Porém, os projetos para revitalização urbanística que valorizam características do passado, como a demolição do antigo mercado para dar destaque à Igreja São Francisco de Assis, podem conflitar com os aspectos da vida cotidiana da população residente, como, por exemplo, o surgimento do comércio informal, que passa a ocupar indevidamente o espaço público, como vias públicas, conforme exemplificado nas figuras 8 e 9 e acarretam problemas estruturais, na mobilidade de veículos e pedestres.

Figura 8: Evento popular no Largo de Coimbra na década de 1970.



Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.244/7880>.

Nas Figuras 8 já é possível observar alterações nos elementos de urbanização do espaço, como pavimentação das vias com calçamento estilo pé de moleque e o surgimento e expansão de aglomerados urbanos atrás da Igreja São Francisco de Assis. Na ocupação do espaço, percebe-se um aumento da presença de mulheres nos espaços públicos historicamente ligados ao domínio da elite e das camadas médias masculinas. Porém, o que mais chama a atenção no comportamento social é a moda. Há uma multiplicidade nas formas de se vestir. Nesse contexto, aparecem homens com vestes mais coloridas, com calças de cintura baixa e com bocas-de-sino -associadas à juventude hippie. Mulheres substituindo o vestuário tradicional composto por saias longas por calças, principalmente jeans surrado, advindas da articulação entre a contracultura e os movimentos gay e feminista, que propuseram novas ideias a respeito de gênero/sexualidade. Além de explicitar sua insatisfação com o conservadorismo e as desigualdades sociais.

Analisando a Figura 9, é possível perceber a movimentação social decorrente de uma feira pública de hortifrutti na década de 1970. A paisagem possui agora barracas e bancas desarmonizadas, que propiciam o fechamento parcial da via pública e desencadeiam uma intensa movimentação da população, aparentemente composta por diversas etnias, gênero e classe social, transitando pelas bancas de produtos orgânicos diversos. As feiras públicas caracterizam-se pela relação comercial direta entre os consumidores e os produtores, com a consequente oferta de alimentos de qualidade e a preços justos. Mendes (2009) aponta que em diversos locais do Brasil "as feiras livres são as mais antigas formas de comércio e varejo" (Mendes, 2009, p. 117). São caracterizadas como sendo espaços dinâmicos que encurtam a distância entre os produtores e os consumidores, facilitando o acesso aos alimentos, promovem o abastecimento urbano e geram renda.

Figura 9: Feira Hortifruti Popular no Largo de Coimbra na década de 1970.



Fonte: Autoria desconhecida. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.244/7880>.

Segundo Jesus (2005), a tradicional feira urbana nas cidades do interior pode ser entendida como um microcosmo que reflete o panorama socioeconômico e cultural dessas localidades. O autor ressalta que a feira não se limita à função de compra e venda, mas também se configura como um espaço de encontros e lazer, desempenhando um papel social significativo. Nessas feiras, as pessoas interagem, trocam informações, estabelecem articulações políticas e desfrutam de momentos de diversão, demonstrando suas características sociais e culturais peculiares.

Percebe-se que, até então, o Largo de Coimbra foi apropriado como ponto comercial, lugar de encontro, de comunicação, de trocas de mercadorias e culturas diversas, de festas populares e de manifestações políticas, estando também associada à ideia de centro da cidade ou do bairro, locais para onde convergem e se concentram seus habitantes ocasionalmente ou em decorrência de eventos (Figura 7). Os usos e funções desses espaços foram modificando-se e adequando-se às mudanças e às necessidades da sociedade ao longo dos anos.

Conforme França (2020), a Feira de Pedra-sabão surge no largo na década de 1980 (Figura 10), suscitando debates acerca de sua legitimidade desde sua fixação no espaço. É importante ressaltar, assim como Castriota (2009), que, embora de caráter comercial, a partir de sua instalação, o local passa a ser identificado pela população como voltado para o turista. Cruz (2000) afirma que o turismo enquanto fenômeno

Surge como uma atividade econômica organizada em meados do século XIX e, àquele tempo, utilizava-se integralmente de infraestruturas criadas em razão de outros usos do território. De lá para cá, entretanto, a atividade deixa, paulatinamente, de ser uma usuária passiva dos territórios para tornar-se mais um agente condicionador de seu (re)ordenamento. (Cruz, 2000, p.7)

Nesse contexto, o espaço deixou de ser o lugar das relações sociais predominantemente voltadas para o público local, como comércio, encontros, manifestações culturais, religiosas, sociais, políticas, para o lazer contemplativo e de recreação, sendo substituído por novos usos, voltados para atender a atividade turística (Figura 10). A Feira conta hoje com 74 expositores membros da Associação dos Expositores do Largo de Coimbra (Adelc), fundada em 1999.

De acordo com Mussi Vaz; Santiago (2004), a questão relativa ao uso e/ou à obsolescência dos espaços livres diz respeito à sua adequação funcional, ambiental e estética, e sua própria identidade e significação variam conforme o tempo e novos usos propostos.

Figura 10: Feirinha de Pedra Sabão.



Fonte: Autoria desconhecida. Disponível em: <https://www.melhoresdestinos.com.br/ouro-preto-mg.html>.

De acordo com Castrogiovanni (2000), o território é o espaço apropriado por determinado grupo, e o valor de consumo desse território atende às tendências do mercado - e nem sempre às necessidades sociais. Nesse contexto, a partir da década de 1980, o Largo de Coimbra passa a abrigar a Feirinha de Pedra Sabão. Além da Feira de Artesanato, outras atividades ocorrem no espaço do largo. É possível encontrar pintores, desenhistas e outros artesãos que usam do espaço para expor e vender sua arte. Sobre a Feirinha de Pedra Sabão, França (2020) discorre

Os produtos comercializados atualmente na Feira são, em sua maioria, artesanatos da matéria-prima pedra-sabão, com maior parte originadas do distrito de Santa Rita, onde é realizada a extração do material e produzidas peças “cruas”, utensílios e esculturas. Na feirinha parte desses produtos são detalhados (“bordados”) por artesãos e outras são apenas comercializadas (França, 2000, s/p)

Macedo (1995) defende ainda que a vida útil de um determinado espaço livre urbano está diretamente vinculada à possibilidade constante de apropriação que faculta ao seu público usuário. Quanto mais e melhor possa ser apropriado, desde que convenientemente mantido, maior será a aceitação social desse espaço e por mais tempo será preservada sua identidade morfológica. Apesar da Feirinha de Pedra Sabão já ocupar o espaço há cerca de 50 anos, o seu futuro é incerto.

Considerando suas irregularidades arquitetônicas às legislações municipais, há tratativas para transferir as suas atividades para o espaço denominado Paço da Misericórdia. Entretanto, há a mobilização entre os expositores para abertura do processo de registro da Feira a nível municipal, como patrimônio imaterial na categoria de Lugar. O pedido foi realizado considerando que essa tem qualidades de patrimônio cultural por ter qualidades de “referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Miranda, 2016).

Em relação à paisagem, percebe-se a inclusão no espaço de diversas barracas fixas de exposição de artesanato e uma mudança considerável no perfil dos usuários, que deixam de ser locais, para dar lugar aos visitantes motivados pela atratividade turística de Ouro Preto. No caso específico do patrimônio cultural, ocorre uma fundamental alteração no significado dos bens patrimoniais, que deixam de ser apenas bens simbólicos, como testemunhos de outras épocas e instrumentos de reforço de identidades nacionais ou locais, para se transformarem em produtos culturais a partir das necessidades de mercado (Leite, 2005).

Nesse contexto, observa-se um processo de patrimonialização, termo utilizado em análises geográficas para referenciar as relações socioespaciais que decorrem da institucionalização de elementos da cultura como patrimônio (Castro; Tavares, 2016), ou mesmo gentrificação. Lembrando que gentrificação pode ser entendido como um

processo de produção ou reordenamento do espaço urbano no qual as pessoas de um lugar, são substituídas por outras de classes mais abastadas e com novas necessidades (Glass, 1964). Britto e Jacques (2009, p.347) consideram que a patrimonialização, turistificação e gentrificação fazem parte de um mesmo processo mais amplo que se constroi, o da “espetacularização urbana”.

Nota-se na dinâmica da paisagem o afastamento da população local na utilização do espaço em decorrência da produção de conteúdo para atender o público visitante. “A redução da ação urbana, ou seja, o empobrecimento da experiência urbana pelo espetáculo leva a uma perda da corporeidade, os espaços urbanos se tornam simples cenários, sem corpo, espaços desencarnados” (Jacques, 2008).

Hoje, o Largo de Coimbra constitui-se em espaço caracterizado pelo comércio informal e pela circulação de turistas, refletindo a característica do entorno, que é basicamente comercial e de prestação de serviços turísticos, diferente de sua função inicial, de lazer, de contemplação, e de comércio de interesse local, reflexo da evolução que ocorreu na sociedade, o que corrobora com a assertiva de que as cidades e seus espaços estão em constante evolução. Ou seja, o turismo torna-se uma atividade transformadora da paisagem, promovendo mudanças de valorização do espaço ao usufruí-la (Santos, 2015). A Figura 11 aponta para possíveis impactos da atividade turística no Largo de Coimbra.

Com base em Pereira Leite (1997) *apud* Loboda & De Angelis (2005), pode-se afirmar que a obsolescência do espaço público na cidade contemporânea se caracteriza por procedimentos distintos, quais sejam: (i) pela sensação de desconforto e de insegurança generalizada da população quando no espaço público; (ii) nas classes de maior poder aquisitivo, pelo desenvolvimento privado de atividades culturais e de lazer, o que leva essa população a abandonar os espaços públicos; (iii) nas classes de baixo poder aquisitivo, pelo desconforto que sua presença nos espaços públicos gera para o restante da população.

Figura 11: Impactos do turismo na Feirinha de Pedra Sabão.



Fonte: Autores (2024).

Esse tipo de “desapropriação” social da população local que originalmente fazia uso do espaço para diversas atividades comerciais e de lazer, implica em conflitos territoriais silenciosos. Como espaço construído socialmente, é também lugar de conflitos entre os diferentes grupos sociais, além de espaço de poder, de afirmação de um grupo sobre outro (Hansen, 2002). Suas formas de apropriação evidenciam restrições que, apesar de não formais, são tão ou mais eficazes. Um espaço ocupado preferencialmente por um grupo de alto poder econômico e simbólico, por exemplo, constrange a permanência de pessoas de baixa renda. Espaços ocupados preferencialmente por jovens não são muito convidativos aos idosos e vice-versa. No mesmo contexto, o uso atual do Largo de Coimbra, acaba por coibir a presença da população local no espaço, que agora não se sente mais pertencente àquela paisagem e nem encontra espaço para a realização de suas atividades habituais no local. Considera-se ainda que o comércio do artesanato em pedra sabão não é tão atrativo socialmente como os demais tipos de comércios praticados anteriormente no largo.

Por fim, com vistas a orientar o planejamento urbano, é preciso salientar a fala de Rolnik (1988) quando este menciona sobre a necessidade de evitar, nos processos de planejamento urbano, que os locais públicos de uso comunitário sejam apenas espaços para circulação de pedestres ou veículos, pois, é justamente a parcela mais pobre da população que necessita locais de qualidade para o lazer e vida social, cujas possibilidades não permitem o acesso a espaços e equipamentos de uso comunitário privados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Largo de Coimbra é um importante espaço público da cidade de Ouro Preto, dado sua história, localização central e seus atributos paisagísticos naturais, construídos e socioculturais. O estudo descreve como as atividades sociais interferiram na dinâmica da paisagem do largo. Comprovou-se que, como a paisagem e o ordenamento do território são construídos socialmente, a dinâmica dos usos do espaço resultou em mudanças físicas na paisagem, bem como motivou conflitos silenciosos, causando segmentação/segregação na forma de apropriação do espaço.

Ao analisarmos as transformações ocorridas no Largo de Coimbra, foi possível identificar que a principal aptidão do espaço ao longo dos anos tem sido o comércio e que as necessidades dos usuários influenciaram as principais mudanças na paisagem, tanto física quanto socialmente. Entretanto, foi a atividade turística que consolidou o espaço como um importante destino turístico da cidade e, por consequência, intensificou a segregação, incentivando a atividade turística e, ao mesmo tempo, coibindo a permanência da população local por meio do desconforto e da falta de identificação com o lugar. Resgatando a memória e a identidade urbana do referido largo, foi possível identificar conflitos territoriais, movimentos de segregação social, de apropriação, desapropriação e reapropriação do espaço ao longo dos anos, bem como o impacto da atividade turística no reordenamento do território e na dinâmica social do uso do espaço.

Apesar das contribuições apresentadas, esta pesquisa possui algumas limitações. A análise foi limitada pela disponibilidade de fontes documentais e registros históricos, o que restringiu uma compreensão mais abrangente sobre todas as mudanças ocorridas ao longo dos anos. Além disso, o enfoque qualitativo impediu uma análise mais quantitativa sobre a percepção e o comportamento dos diferentes grupos sociais que utilizam o espaço, como turistas e moradores locais.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos comparativos entre outros largos e espaços públicos de Ouro Preto e cidades similares, o que permitirá identificar padrões na transformação urbana em contextos patrimoniais. Ademais, pesquisas com metodologias participativas que envolvam diretamente a comunidade local e os comerciantes poderiam oferecer novos insights sobre as percepções e os desafios enfrentados. Outro caminho interessante seria explorar o impacto econômico e social da turistificação nesses espaços, combinando análises qualitativas e quantitativas. Esses futuros estudos poderiam contribuir para a elaboração de políticas públicas mais inclusivas, conciliando turismo e preservação do patrimônio cultural com as necessidades da comunidade local.

## REFERÊNCIAS

- ABIDIN, I. Z. *et al.* Characteristic of Attractive Square as Public Space: Putra square, Putrajaya. In: ANDEA, P.; KILYENI, S. Selected Topics in Energy, Environment, Sustainable Development and Landscaping. Romania: Politehnica University of Timisoara, 2010. p. 338-343.
- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.

- ANTONIL, André João (ANDREONI, Giovanni Antonio). Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas. Lisboa: Oficina Real Deslandesiana, 1711, pp. 141 e 142 *apud* **Histórias e outras Histórias**. Disponível em: <https://martaiansen.blogspot.com/2012/05/o-vestuariomasculino-nas-minas-gerais.html>. Acesso em 15 de setembro de 2024.
- ARAUJO, A. M. Imagem e educação uma linha histórica e dialógica entre elas. In: **Anais do VI Congresso Nacional em Educação Grande**: Realize Editora. em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60742>. Acesso em 23 mar.2024.
- BAREL FILHO, Ezequiel. **Lúcio Costa em Ouro Preto: a invenção de uma "cidade barroca"**. Dissertação de Mestrado. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.
- BARTHES. Roland. **A aventura semiológica**. Lisboa: Edições 70. 1987b
- BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpocidade: A arte enquanto micro-resistência urbana. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 337–350, 2009.
- CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: [s.n.], 1969.
- CALLAI, H.C. **Ensino de geografia: práticas e textualizações do cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo/Belo Horizonte, Annablume/IEDS, 2009, p. 148.
- CASTRO, C. A. T.; TAVARES, M. G. DA C. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano: aspectos teóricos. **Sociedade e Território**, v. 28, n. 2, p. 117–135, 2016.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. 2001 “**Por que a geografia do Turismo?**”. In Gastal, S. (org). **Turismo: 9 propostas para um saber -fazer**. Porto Alegre: EDIPUC.
- CMOP. **Livro de registro de contratos e arrematações entre 1927-1959**. Série contrato. Cx. 30. L05. Ouro preto: 1927-1959. Acervo do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. (org). **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007.
- CORRÊA, R. L. **Paisagem: algumas reflexões sobre sua natureza e conexões**. Rio de Janeiro, Edições Makunaima, 2012.
- CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca,2003.
- CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.
- CRUZ, R. de C. A. **As paisagens artificiais criadas pelo turismo**. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.
- CUNHA, R. D. A. **Os Usos, Funções e Tratamentos das Áreas de Lazer da Área Central de Florianópolis** 406 f. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- DALMOLIN, Q.; Oliveira, R.. A influência da redundância da observação sobre a precisão dos parâmetros. **Boletim de Ciências Geodésicas**, 14(3), 2, 2008, p.95-315.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FRANÇA, T. F. Do material ao intangível: Estudo e inventário do largo de Coimbra em Ouro Preto Preto MG. **Arquitextos** 244.05ano 21, set. 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.244/7880>. Acesso em setembro de 2024.
- GABARDO, M. Paisagem urbana interpretada. In **Anais do VII Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – ENEPEA** (p. 1-14). Belo Horizonte: ENEPEA, 2004.
- GARDNER, George. **Viagens ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975.

- GASTAL, Susana de Araújo. Imagem, Paisagem e Turismo: A construção do olhar romântico. **Pasos, El Sauzal**, v. 11, n. 3, p. 123–133, 2013.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade pessoal**. Oeiras, Celta, 1997.
- GLASS, R. **Aspects of Change**. London: MacGibbon & Kee, 1964.
- GUIMARÃES, C. P., & CUNHA, R. A. A evolução da Praça Dois de Julho – Campo Grande modificando a paisagem em Salvador (BA). In **Anais do VII Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – ENEPEA** (p. 1-10). Belo Horizonte: ENEPEA, 2004.
- HANSEN, R. S. **El espacio público en el debate actual: una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno**. Eure, Santiago, v. 28, n. 84, 2002.
- IPHAN. Ofício nº. 22, de Eduardo Tecles para Rodrigo M. F. de Andrade, em 18/12/1944. Belo Horizonte (grafia original).
- JACQUES, P. B. **Corpografias Urbanas. Vitruvius-Arquitextos**, 2008. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165> . Acesso em 15 fev. 2024.
- JANSEN-VERBEKE, Myriam. **Tourismification of historical cities**. *Annals of tourism research*, 25(3), 1998. P. 739-742.
- JESUS, E.L. Diferentes abordagens de agricultura não convencional: história e filosofia. In: AQUINO, A.M; ASSIS, R.L. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.p.21-48.
- KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade** (1. ed.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.
- KOROSSY, Nathália. **Turismo, território e espaço urbano: considerações sobre o processo de turistificação e urbanização turística**. In: CASTILHO, Cláudio J. M. e SELVA, Vanice S. F. Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos. Recife: Universitária, UFPE, 2012.
- LEFÈBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEITE, Rogerio Proença. Retradicionalização e gentrification. Em **XXV Congresso ALAS: Asociación Latinoamericana de Sociología**. Grupo de Trabajo: Consumos Culturales: practicas, mercados y políticas. Porto Alegre, 1-11. Mimeo, 2005.
- LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. **Dictionaire de la Géographie et de l'Éspace des Sociétés**. Paris: Belin, 2003.
- LIMA, S. M. S. A. **A Mesma Praça, o Mesmo Banco, as Mesmas Flores, o Mesmo Jardim. Tudo é igual? Transformações no Espaço público: o caso da Praça Pedro II, em Teresina, Piauí**. 149 f. Recife, 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- LOBODA, C. R., & De Angelis, B. L. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais*, 1(1), 2005. P.125-139.
- LOFLAND, L. H. **A world of strangers: order and action in urban public space**. Illinois, Waveland. 1985.
- MACEDO, S. S. Espaços livres. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, 7, 1995.p.15-56.
- MAGALHÃES, A. O mercado. **Tribuna de Ouro Preto**, Ouro Preto, 28 out. 1945, p. 4 Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/767140/per767140\\_1945\\_00012.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/767140/per767140_1945_00012.pdf).
- MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- MAUAD, A. M. Fotografia, história e memória: entre a preservação e a produção de novos sentidos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 11-30, 2004.
- MENDES, R.J. **Feira livre e segurança alimentar: um estudo de caso de Santa Maria de Itabira**. In: Theodoro, S.F; DUARTE, L.G; VIANA, J.N. (Orgs). **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. 1º ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.p. 117-133
- MIRANDA. 2016, p. 51 *apud* ADELIC. [Carta] 17 out. 2017, Ouro Preto [para] ASTONI, Z., Ouro Preto. 4f. **Solicitação de abertura de processo para registro de patrimônio imaterial na categoria de Lugar**.

MUSSI VAZ, M. J., & Santiago, A. A apropriação popular de espaços públicos. In **Anais** do VII Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – ENEPEA (p. 1-9). Belo Horizonte: ENEPEA, 2004.

NEIVA JÚNIOR, E. **A imagem**. São Paulo: Ática, 2002.

OLIVEIRA, L. A.; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, v. 7, n. 2, p. 56-69, 2007. Disponível em; <https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/3737> . Acesso em: 28 out. 2024.

ROBBA, F., & MACEDO, S. S. **Praças brasileiras** (2. ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RUSCHMANN, D. V. de M.; TOMELIN, C. A. (orgs.). **Turismo, ensino e práticas interdisciplinares**. Barueri: Manole, 2013.

SANTOS, S. R. dos. Paisagem solidária: indicadores de sustentabilidade urbana em área turística funcional do centro histórico de São Luís, Maranhão. 2015. 582f. (Doutorado em Gestão Urbana) –Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São

SAUER, C. O. **A morfologia da paisagem**. In: Corrêa, R. L.; Hosendahl, Z. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1988.

SELVA, Vanice S. F. **Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos**. Recife: Universitária, UFPE, 2012.

SEQUERA, J.; NOFRE, J. Shaken, not stirred: new debates on touristification and the limits of gentrification. **City**, v. 22, n. 5–6, 2 nov. 2018.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006. p. 23-60.

SOUZA, J. E.; GIACOMONI, C. **Análise documental como ferramenta para pesquisas em história da educação**. Revista História da Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 55, p. 129-151, 2018.

VASCONCELLOS, D. A arte em Ouro Preto. Belo Horizonte, MG: Academia Mineira de Letras, 1934 (Trabalho original publicado em 1911)

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. 1.ed.São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 2001. 376p.

---

[1] Para maior esclarecimento, baeta é um tecido de lã ou algodão de textura felpuda, com pelos em ambas as faces e cordovão é o couro de cabra, de textura unida, usado no fabrico de sapato.